



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## TERMO DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICO 00708/2021-1

**ASSUNTO:** RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)  
**PERÍODO:** 1º Quadrimestre de 2021  
**UNIDADE GESTORA:** 050E0700001 - Prefeitura Municipal de Muniz Freire  
**RESPONSÁVEL:** GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR  
**C.P.F.:** 005.212.667-69

Pelo presente Termo de Notificação Eletrônico, fica o responsável acima identificado **NOTIFICADO** do **ALERTA** emitido ao Poder Executivo Municipal de Muniz Freire, conforme disposto no §1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), pelo fato de o jurisdicionado ter ultrapassado o(s) limite(s) abaixo relacionado(s), com base nas prestações de contas mensais referentes ao 1º Quadrimestre de 2021 do sistema CidadES, como demonstrado no(s) quadro(s) a seguir:

| Limite de Despesa com Pessoal - Executivo                              | Valor         |
|--|---------------|
| Receita Corrente Líquida Ajustada para Pessoal – RCL Ajustada          | 65.136.333,25 |
| Despesa Total com Pessoal – DTP  | 33.513.165,98 |
| % da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL Ajustada              | 51,45         |
| Limite Máximo (54% da RCL)(Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF)        | 35.173.619,95 |
| Limite Prudencial (51,3% da RCL)(Parágrafo único, Art. 22-LRF)         | 33.414.938,95 |
| Limite Para Alerta (48,6% da RCL) (inciso II, § 1º, do art. 59 da LRF) | 31.656.257,95 |

### Descumprimento do Limite Prudencial

**Obs.: Despesa com Pessoal no valor de R\$ 33.513.165,98 (correspondente a 51,45% da Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL) acima, portanto, do Limite Prudencial estabelecido de 51,30% da RCL**

### DAS VEDAÇÕES

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 22

Art. 22 – [...]

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no [inciso X do art. 37 da Constituição](#);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no [inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição](#) e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Informamos que, com base nos arts. 26 e 27 da Instrução Normativa TC 68/2020, após a geração deste Termo de Notificação Eletrônico, todas as funcionalidades referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM) e à Prestação de Contas Anual (PCA) do CidadES ficarão desabilitadas para essa Unidade Gestora, sendo a ciência do termo condição necessária para restabelecer as funcionalidades do sistema.

Vitória, 31 de maio de 2021.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*Ciência Ficta em 5 de junho de 2021, nos termos do art. 24, §1º da IN 68/2020.*